

ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A.

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A.
- CNPJ/MF: 07.699.082/0001-53
- Atividades: a comercialização, engenharia, construção, montagem e serviços de assistência pós-vendas, incluindo, entre outros, o fornecimento de peças sobressalentes, serviços de manutenção e reparos de navios, cascos e outros produtos da área naval.

Características da Emissão

- Emissão: 1ª
 - Séries: Única
 - Data de Emissão: 14/07/2014
 - Data de Vencimento: 14/07/2019
 - Banco Escriturador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
 - Código Cetip/ISIN: ATLA11/ BREATLDBS006
 - Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
 - Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados ao reforço de caixa da Emissora com vistas a atender os negócios de sua gestão ordinária e o reperfilamento de todas as dívidas de curto prazo da Emissora contratadas junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.
 - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigação

prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 21/01/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de aumento do capital social da Companhia.

Em AGE, realizada em 27/01/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de aumento do capital social da Companhia.

Em AGE, realizada em 07/04/2016, às 10h00, foi aprovada a ratificação do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de aumento do capital social da Companhia, aprovado em 27/01/2016.

Em AGE, realizada em 07/04/2016, às 11h00, foi aprovada a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de aumento do capital social da Companhia.

Em AGE, realizada em 17/10/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de aumento do capital social da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

• **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 30.11-3-01 - Construção de embarcações de grande porte;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- ➔ Liquidez Geral: de 0,33 em 2015 para 0,50 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 0,75 em 2015 para 1,13 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 0,42 em 2015 para 0,84 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,18 em 2015 para 0,19 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 95,4% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve redução de 96,1% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 95,1% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 22,0% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 24,9% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado: (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 2,00% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

14/07/2016 – R\$ 1.428,500000

Juros:

14/01/2016 – R\$ 793,974590

14/07/2016 – R\$ 782,976380

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 22.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 22.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) fiança, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações



não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1
Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativos Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	4	317.135	139.805	317.498	141.220
Contas a receber	5	354.376	225.606	354.376	225.606
Estoques	6	253.434	352.403	253.434	352.403
Impostos a recuperar	7	21.211	25.673	21.211	25.673
Despesas antecipadas	8	5.108	6.462	5.108	6.462
Encargos financeiros BNDES	9	24.187	42.977	24.187	42.977
Outros créditos		525	779	525	779
Total dos ativos circulantes		975.976	793.705	976.339	795.120
Ativos não Circulantes					
Investimento temporário	10	58.849	53.708	58.849	53.708
Estoques	6	141.337	120.067	141.337	123.571
Impostos a recuperar	7	114.430	117.810	114.430	117.810
Despesas antecipadas	8	9.044	974	9.044	974
Encargos financeiros BNDES	9	1.043	4.278	1.043	4.278
Outros créditos		13.056	6.530	13.056	6.530
Ativos mantidos para venda		703	703	703	703
Investimentos em empresas controladas	12	826.065	702.358	-	-
Imobilizado	13	2.177.086	2.211.091	2.177.110	2.211.142
Intangível	14	21.818	26.208	21.818	26.208
Total dos ativos não circulantes		3.363.431	3.243.727	2.537.390	2.544.924
Total dos Ativos		4.339.407	4.037.432	3.513.729	3.340.044

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Passivos e Patrimônio Líquido					
Passivos Circulantes					
Fornecedores	16	156.103	243.436	324.163	537.834
Empréstimos e financiamentos	17	429.874	414.605	429.874	414.605
Debêntures	18	76.287	47.110	76.287	47.110
Obrigações trabalhistas e encargos a pagar	19	24.025	14.078	24.025	14.078
Impostos a recolher	20	1.444	1.382	1.444	1.382
Adiantamentos de clientes	5	4.539	359.513	4.539	23.323
Provisão para contratos onerosos	5	–	22.178	–	22.178
Outras Contas a pagar		1.341	2.143	1.341	2.145
Total dos passivos circulantes		<u>693.613</u>	<u>1.104.445</u>	<u>861.673</u>	<u>1.062.655</u>
Passivos não Circulantes					
Fornecedores	16	20.282	34.813	20.282	34.813
Empréstimos e financiamentos	17	1.379.829	1.517.685	1.379.829	1.517.685
Debêntures	18	125.173	187.677	125.173	187.677
Adiantamentos de clientes	5	993.738	744.623	–	89.025
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais	21	26.946	17.890	26.946	17.890
Contas a pagar Transpetro	22	139.154	–	139.154	–
Débitos com partes relacionadas	15	50.627	385.000	50.627	385.000
Total dos passivos não circulantes		<u>2.735.749</u>	<u>2.887.688</u>	<u>1.742.011</u>	<u>2.232.090</u>
Patrimônio Líquido					
Capital social	23	1.735.681	645.681	1.735.681	645.681
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	40.000	–	40.000
Prejuízos acumulados		(920.772)	(858.517)	(920.772)	(858.517)
Ajuste acumulado de conversão	12	95.136	218.135	95.136	218.135
		<u>910.045</u>	<u>45.299</u>	<u>910.045</u>	<u>45.299</u>
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido		<u>4.339.407</u>	<u>4.037.432</u>	<u>3.513.729</u>	<u>3.340.044</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Anexo 2

Demonstração dos Resultados para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016					
(Em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita da construção naval	5 e 25	669.958	581.529	669.958	599.008
Custo da construção naval	26	<u>(593.644)</u>	<u>(702.974)</u>	<u>(587.210)</u>	<u>(784.247)</u>
Lucro Bruto	5	76.314	(121.445)	82.748	(185.239)
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(158.551)	(161.368)	(161.563)	(177.237)
Depreciação e amortização		(15.559)	(13.708)	(15.580)	(13.728)
Equivalência patrimonial	12	243.521	147.144	-	-
Outras receitas operacionais - líquidas		<u>(64.865)</u>	<u>12.951</u>	<u>7.418</u>	<u>1.160.481</u>
Total	25	<u>4.546</u>	<u>(14.981)</u>	<u>(169.725)</u>	<u>969.516</u>
(Prejuízo) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos sobre o Lucro					
		80.860	(136.426)	(86.977)	784.277
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras		43.450	9.882	43.379	10.584
Despesas financeiras		(209.803)	(209.319)	(209.753)	(209.551)
Variação cambial líquida		23.238	(43.381)	191.096	(964.554)
Total	26	<u>(143.115)</u>	<u>(242.818)</u>	<u>24.722</u>	<u>(1.163.521)</u>
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício		<u>(62.255)</u>	<u>(379.244)</u>	<u>(62.255)</u>	<u>(379.244)</u>
Prejuízo por Ação		<u>(0,00)</u>	<u>(0,02)</u>	<u>(0,00)</u>	<u>(0,02)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Anexo 3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do Estaleiro Atlântico Sul S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Estaleiro Atlântico Sul S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Estaleiro Atlântico Sul S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$62.255 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o prejuízo acumulado era de R\$920.772 mil. A Administração da Companhia vem mantendo uma série de medidas de reestruturação operacional e financeira, buscando o restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do Estaleiro Atlântico Sul S.A., bem como a melhoria de sua eficiência. A continuidade operacional depende do sucesso dessas medidas e de contratações futuras de clientes. Os acionistas aprovaram aporte de recursos necessários à manutenção das operações da Companhia, até que a mesma atinja a rentabilidade esperada. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase: Avaliação do valor recuperável dos ativos ("impairment"):** A Companhia apresenta saldo de ativo imobilizado no montante de R\$2.177.110 mil e, conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a Administração elaborou o teste anual de impairment do seu ativo imobilizado com base no seu valor em uso. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia, tendo sido as referidas projeções aprovadas pela Administração. Portanto, a recuperação dos ativos pelos valores consignados nas demonstrações financeiras depende da efetiva realização dessas projeções. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Contratos com a Sete Internatio-**

nal GmbH: Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 às demonstrações financeiras, a Administração da controlada EAS Inc. decidiu pelo encerramento dos contratos com a Sete Internacional GmbH e em função deste encerramento, está em processo de renegociação de contratos com fornecedores de materiais e serviços, tendo obtido sucesso com parte relevante dos seus fornecedores. As demonstrações financeiras incluem os efeitos decorrentes dos acordos concluídos. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Partes relacionadas:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém saldos com partes relacionadas em condições mencionadas na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto. **Outros Assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas re-

levantados quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 0 11609/O-8 "F" PE

Ruti Amaral Ramos Bomfim

Contadora

CRC nº 1 RJ 048044/O-8 "T" BA

Deloitte